



Comissão de Reforma do IRC, liderada por Lobo Xavier, tomou ontem posse, na presença dos ministros Paulo Portas e Vítor Gaspar

QUEM É QUEM

Assessores do Governo na comissão

A comissão de reestruturação do imposto, liderada por António Lobo Xavier (CDS), terá dez elementos, entre os quais se contam vários assessores do Governo. Todos renunciarão a qualquer remuneração.

A comissão é ainda integrada por Miguel Frasquilho (deputado do PSD e alto quadro do BES), Gustavo Courinha (adjunto de Luís Marques Guedes, o secretário de Estado da Presidência), Miguel Cortez Pimentel (assessor de Paulo Núnzio, o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, também do CDS), Tiago Moutinho (adjunto do ministro Álvaro Santos Pereira) e mais alguns especialistas em fisco, como António Martins e Ana Maria Rodrigues (ambos da Universidade de Coimbra).

Governo promete baixar imposto sobre empresas

Mudança. Comissão que vai reformar o IRC terá de apresentar as primeiras propostas até fevereiro. Objetivo é tornar o sistema fiscal mais competitivo e alargar a base tributária

LUCÍLIA TIAGO

Vinte e cinco anos depois de ter visto a luz do dia, o IRC, o imposto sobre os lucros das empresas, vai ser alvo de uma reforma "integrada e global", que incluirá uma revisão dos benefícios e incentivos e uma descida das taxas. Mas só em fevereiro, quando a comissão presidida por Lobo Xavier entregar as suas propostas, se saberá se o corte das taxas será tão agressivo como o que chegou a ser defendido por Álvaro Santos Pereira.

Depois de o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais ter ontem salientado que só uma reforma integrada e global do IRC "permitirá cumprir o objetivo estratégico de posicionar Portugal como um país fiscalmente competitivo" ao nível internacional, foi a vez de o ministro Vítor Gaspar sublinhar que esta revisão do imposto implicará "redução efetiva das taxas". Mas não só. À Comissão presidida por Lobo Xavier, e que ontem tomou posse, foi também pedido que estude soluções que alarguem a base tributária, reavalie o sistema de benefi-

cios fiscais, simplifique as obrigações declarativas e reveja o atual quadro de incentivos.

O objetivo é criar um ambiente fiscal que potencie o crescimento económico e tenha capacidade competitiva para atrair investimento estrangeiro — uma das formas de, disse Vítor Gaspar, ajudar a garantir o sucesso do programa de ajustamento.

Tendo em conta as limitações impostas pela *troika* para que as mudanças fiscais sejam neutrais em termos de receita, a reforma terá de ser feita obedecendo a este

princípio da neutralidade. Um princípio que será em parte assegurado pelo alargamento da base tributária, tendo em conta que atualmente menos de um terço das empresas pagam IRC.

O resultado final do trabalho desta comissão só será conhecido no final de setembro, mas as linhas gerais serão conhecidas em fevereiro e submetidas à apreciação da *troika*, no decurso da sétima avaliação a Portugal. Nessa altura estará já definida a dimensão da descida de taxas. A taxa nominal em vigor é de 25%, à qual acresce uma

derrama municipal que pode ir até 1,5% e uma derrama estadual que pode ir até 5%.

Lobo Xavier não se quis comprometer com cenários, mas reconheceu que para atrair investidores estrangeiros é necessário dar "sinais positivos claros" e que dificilmente se convence alguém do potencial competitivo de um imposto sem reduzir as taxas. Ainda assim, Lobo Xavier acentuou que a redução das taxas não é uma questão "essencial" nem a única a influenciar a decisão dos investidores. Neste sentido, referiu a importância da estabilidade do sistema fiscal e da existência de respostas rápidas (por parte do fisco e da Justiça). O líder desta Comissão da Reforma do IRC optou por não comentar a proposta de Álvaro Santos Pereira, que apontava para uma descida da taxa para 10% em determinadas situações e que motivou algumas reservas por parte do comissário europeu da Concorrência. **com L.R.R.**

PROPOSTAS DE FISCALISTAS

Alargar a base tributável

PWC O Governo deveria aproveitar esta ocasião para fazer várias mudanças no IRC. Entre as medidas que considera essenciais, a consultora PriceWaterhouseCoopers inclui soluções que favoreçam a competitividade fiscal pela via da simplicidade, dada a impossibilidade de criar ou aprofundar benefícios fiscais durante o período de ajustamento; que alarguem a base tributável e facilitem a fiscalização, pela introdução de regimes simplificados de tributação para empresas de menor dimensão. Além disso, propõe mudanças que promovam a capitalização das empresas e a consolidação empresarial, para que estas ganhem massa crítica a nível internacional, e defende uma revisão da tributação de dividendos e mais-valias.

Evitar mudanças

PLMJ Para a PLMJ, a melhor decisão em relação ao IRC passa por evitar introduzir alterações profundas ao código deste imposto. Porque, defendem os especialistas em direito fiscal desta sociedade de advogados, "temos um ordenamento fiscal moderno, que precisa de estabilidade para que os agentes económicos saibam com o que podem contar. Os investidores investem tendo por base planos de negócio a dez anos e não podem estar constantemente a ser surpreendidos." Ou seja: "Portugal tem, de uma vez por todas, saber o que quer: ou adotar um sistema fiscal clássico ou acolher um regime mais agressivo como o fazem a Holanda e o Luxemburgo", traçando para tanto objetivos precisos.

Regime simplificado

DELOITTE Para Miguel Leónidas Rocha, mais importante do que reduzir as taxas, a reforma do IRC deve visar um alargamento da base tributária, criando soluções que permitam garantir que as empresas efetivamente pagam o imposto devido. É que, refere, a realidade mostra que poucas empresas pagam muito IRC, sendo que, idealmente, como acontece em países como a Irlanda ou a Holanda, muitas empresas pagam "pouco" imposto societário, multiplicando receitas e dividindo sacrifícios. Para este fiscalista, uma das formas de alargar a base tributária passa por tratar de forma diferente realidades diferentes. Uma forma de o fazer seria repondo o regime simplificado para as empresas mais pequenas.